



CL
187

Reunião Ordinária – Ata nº 04/2012

Data – 2012-02-20

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Elsa Maria da Costa Cardoso (substituição)
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta justificada: O vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês apresentou justificação, para a falta à reunião de 06 de fevereiro de 2012.



Resumo Diário da Tesouraria de 17-02-2012:

a) Dotações Orçamentais €1.386.968,83
b) Dotações não Orçamentais €46.690,95

Total das Disponibilidades €1.433.659,78



Não podendo estar presente na reunião, por motivo de serviço, o Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso, tendo a mesma comparecido pelas 14.40h, conforme consta mais à frente na ata.

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria com a abstenção dos vereadores, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês e Elsa Maria da Costa Cardoso, por não terem estado presentes, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 22 - A Presidente da Câmara apresentou a informação nº 38 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de fevereiro de 2012, remetendo para aprovação, o processo conducente ao lançamento da empreitada de Habitação a Custos Controlados – Lotes 38 e 42 Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes”, propondo designadamente o seguinte:

1. Que seja aprovado o Projeto de Execução para a “Habitação a Custos Controlados – Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes”;
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, devido à especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 551.369,50 € (quinhentos e cinquenta e um mil trezentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
5. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado um Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;

6. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
7. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
8. Que o prazo de execução da obra seja de 300 dias;
9. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, das quais de destacam:
 - a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b).O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Programa Preliminar e o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP.
10. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 551.369,50€ (quinhentos e cinquenta e um mil trezentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
11. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica vortalGOV no endereço eletrónico <http://www.vortalgov.pt>;
12. Propõe ainda, que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso, com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

- Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;
- 1º Vogal: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da DPE;
- 2º Vogal: Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Técnico Superior da DPE;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pelo 1º Vogal.

Membros suplentes:

- 1º Suplente: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da DPE;
- 2º Suplente: Carlos Alberto Simões de Oliveira Técnico Superior da DPE.

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

13. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço;

Mais refere que o objeto da empreitada enquadra-se no código 45211341-1 (Construção de Apartamentos) do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovado o referido processo, nos termos da citada Informação nº 38 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 23 - A Presidente da Câmara apresentou também uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 16 de fevereiro de 2012, dando conta que, decorrido o período de audiência prévia do procedimento referente ao concurso público internacional para aquisição de uma "Viatura urbana de combate a incêndios - VUCI", para os Bombeiros Municipais de Abrantes, sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação, procedeu o júri do referido concurso à elaboração de Relatório Final, nos termos do artigo 148º do CCP, no qual sugere a adjudicação da aquisição da citada viatura, à firma "Luis Alberto Martins Figueiredo", pelo montante de 189.000,00€ (cento e oitenta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 40541

Em simultâneo com a decisão de adjudicação, conforme estipulado no nº 2 do artigo 98º do CCP, remete para aprovação a minuta do contrato de Aquisição de Veículo com Características de Combate a Incêndios Urbanos (VUCI) para os Bombeiros Municipais de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e Luís Alberto Martins de Figueiredo, pelo valor de 189.000,00€ (cento e oitenta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a adjudicação da aquisição da viatura acima mencionada, à firma "Luis Alberto Martins Figueiredo", pelo montante de 189.000,00€ (cento e oitenta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o citado relatório final do júri do concurso público internacional.

Aprovar igualmente, a referida minuta de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



A vereadora Elsa Cardoso chegou à reunião, quando eram 14, 40 horas.

Nº 24 - A Presidente da Câmara apresentou igualmente uma informação, respeitante aos Polos da Biblioteca Municipal de Abrantes, referindo nomeadamente o seguinte:

"1 - A Biblioteca Municipal António Botto possui polos nas freguesias de Bemposta, Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal;

2 - A média diária de requisitantes nestes polos, considerando 220 dias úteis por ano, situa-se entre os 0,21 e os 3,78;

3 - A estratégia que tem estado a ser seguida ao nível do desenvolvimento dos serviços de bibliotecas no concelho, baseia-se nos seguintes pressupostos:

- o Uma biblioteca orientada para o cidadão, um serviço com função social, adequado à sociedade atual;*
- o Para ser eficaz, este serviço precisa de uma estrutura de suporte (equipamento físico, recurso humanos e económicos) adequada às características do meio, porque a biblioteca é o seu território.*

4 - A rede de Bibliotecas Escolares de Ministério da Educação prevê que estas, numa lógica de abertura da escola à comunidade se assumam também como serviços à disposição da mesma. Saliente-se que, nomeadamente Mouriscas, através da biblioteca da EPDRA, este princípio está a ser totalmente assumido pela escola, inclusivamente com abertura à noite e ao fim de semana;

5 - Com o objetivo de:

- Promover um acesso universal - inclusivo e integrador - à informação e aos bens culturais, nomeadamente à leitura;*
 - Rentabilizar estes serviços, bem como os recursos humanos a eles afetos.*
- A estratégia definida é a da integração progressiva dos Polos da Biblioteca Municipal António Botto nos novos Centros escolares.*

6 - A BIA - Biblioteca Itinerante deve ser considerada um serviço básico para as populações rurais. Levando a cultura e a informação aos meios mais desfavorecidos, vais apoiar a biblioteca central, pois contribuirá muito para um melhor conhecimento dos públicos e das suas reais necessidades, quebrando também o seu isolamento."

Face ao exposto, colocou à consideração dos elementos do órgão executivo, a deslocação das Bibliotecas de Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal, para os respetivos centros escolares, com exceção da biblioteca de Bemposta, que permanecerá no mesmo local, porquanto se trata de uma obra que não é da Câmara Municipal, mas sim, de uma família benemérita de Bemposta que doou aquele espaço, bem como parte significativa do acervo existente.

O vereador António Belém Coelho questionou se as três Bibliotecas que se pretende deslocar, continuam acessíveis a qualquer cidadão.

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente e explicou que está a ser criado um documento com regras de funcionamento igual para todas as bibliotecas.

Explicou que o que se pretende é uma aproximação ao cidadão que promova um acesso, inclusivo e integrador, à informação e aos bens culturais, nomeadamente à leitura.

Entende que se trata de um ganho, no sentido de criar as melhores condições para a promoção da leitura e para a integração dos novos centros escolares na vida das suas comunidades.

O vereador Carlos Arês, perguntou se as escolas que vão receber as bibliotecas fecham durante as férias e como é feito o acesso dos utentes das mesmas, durante esse período de encerramento.

A Presidente da Câmara informou que os centros escolares vão estar fechados durante o período de férias, porém, os utilizadores terão sempre acompanhamento dentro das bibliotecas.

Referiu que vão ser criadas condições para a garantia da privacidade e da segurança das crianças e da privacidade dos utilizadores.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a deslocação das bibliotecas de Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal, para os novos centros escolares.



A Presidente da Câmara deu conta de uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 20 de fevereiro de 2012, referindo que no âmbito da reorganização da rede escolar do concelho de Abrantes, procedeu-se à requalificação do Centro Escolar de Tramagal e à Construção de três novos Centros Escolares em Alferrarede, Bemposta e Rio de Moinhos.

Presentemente, as obras destes centros escolares estão em fase de conclusão, sendo que os mesmos irão ter a sua abertura nas seguintes datas:

- Centro Escolar de Alferrarede: 23 de fevereiro
Irá acolher, neste momento, os alunos do Jardim de Infância de Alferrarede nº 1 e da Escola Básica nº 3 de Abrantes.
- Centro Escolar de Bemposta: 23 de fevereiro
Irá acolher, neste momento, os alunos do Jardim de Infância e das Escolas Básicas de Bemposta e Brunheirinho.
- Centro Escolar de Tramagal: 23 de fevereiro
Irá acolher, neste momento, os alunos do Jardim de Infância de Tramagal e do Crucifixo e das Escolas Básicas nº 1 e nº 2 de Tramagal.

- Centro Escolar de Rio de Moinhos: 29 de fevereiro
- Irá acolher, neste momento, os alunos do Jardim de Infância e da Escola Básica de Rio de Moinhos.

Tomado conhecimento.

O vereador Carlos Arês questionou sobre a entrada e saída das viaturas que vão deixar os alunos ao Centro escolar de Alferrarede e alertou para dois estrangulamentos existentes naquela zona que perturbam a circulação do trânsito, pelo que entende ser necessário investigar alternativas.

A Presidente da Câmara referiu que irá ao local para verificar a situação, pelo que agradeceu a chamada de atenção por ser bastante pertinente, referindo que a mesma será tida em consideração.



Deu conhecimento do seu despacho datado de 20 de fevereiro de 2012, do seguinte teor:

"Considerando que a terça-feira de Carnaval não consta da lista de feriados obrigatórios estipulados por lei, mas existindo em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período;

Considerando a prática que tem sido seguida ao longo dos anos;

Considerando as competências que me são conferidas pela alínea a) do nº 2, Artigo 68º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, determino a concessão de tolerância de ponto, aos trabalhadores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, no dia 21 de fevereiro de 2012, tendo no entanto que serem assegurados os serviços envolvidos na abertura dos novos centros escolares".

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conhecimento da visita que efetuou ao Japão, acompanhada pelo Coordenador da Tagus e pela sua Chefe de Gabinete e referiu que os grandes objetivos desta deslocação foram a participação nas cerimónias de Comemoração dos 70 anos do Município de Hitoyoshi, a promoção dos Produtos Locais de Abrantes e o estreitamento das relações institucionais com a Mitsubishi Fuso Truck & Bus Corporation.

No dia 11 de fevereiro, em Hitoyoshi, participaram na cerimónia oficial dos 70 anos daquele Município e no Jantar oficial das referidas comemorações.

No dia 12 de fevereiro, visitaram uma fábrica de aguardente, tiveram um encontro com jovens que participaram no Programa de Intercambio Juvenil em 2010, realizaram uma reunião com empresários locais para apresentação dos produtos locais e estiveram presentes no jantar de encerramento das comemorações dos 70 anos do Município de Hitoyoshi.

Em súmula, referiu que saiu reforçada a importância da manutenção do Programa de Intercambio Juvenil enquanto um dos principais vetores da Geminção entre Hitoyoshi e Abrantes. Reconheceu-se a importância de serem identificadas entidades financiadoras do programa que permitam a sua implementação com um caráter regular e o acesso de jovens de todos os estratos sociais ao mesmo, bem como, a pertinência da Geminção assentar também nos aspetos do desenvolvimento económico, designadamente na promoção das trocas comerciais entre as duas cidades, nomeadamente de produtos locais. O acordo de geminação deverá ser também encarado como veículo para a dinamização da atividade económica.

Os produtos locais apresentados, designadamente, vinho, azeite, mel, marmelada, compotas, e figos confitados, foram alvo de críticas muito positivas, quer no que respeita à sua evidente qualidade quer no que respeita ao design das suas embalagens.

Os empresários locais manifestaram interesse na sua comercialização tendo solicitado que pudessem ser encetadas diligências no sentido de ser encontrada uma entidade acreditada para a sua exportação para o Japão. Relativamente a esta questão, foram os mesmos informados que se encontrava planeada uma reunião com o Embaixador de Portugal no Japão nesse sentido.

O Presidente da Câmara Municipal de Hitoyoshi assumiu o compromisso de promover a divulgação dos produtos junto de empresários do setor, incluindo a nível nacional, ficando a TAGUS responsável pela promoção de contactos subsequentes relativamente a esta matéria.

No dia 13 de fevereiro, em Tóquio reuniram com o Embaixador de Portugal no Japão e no dia 14 de fevereiro, visitaram a fábrica da Mitsubishi em Kawasaki e tiveram uma reunião com o Diretor da AICEP no Japão.

Relativamente à reunião com o Embaixador de Portugal, o mesmo deu conta da reunião realizada com a Administração da Mitsubishi Fuso Truck & Bus Corporation (MTSB), no decorrer da qual lhe foi transmitida a importância estratégica da Fábrica no Tramagal.

Foi igualmente transmitida ao senhor Embaixador a importância e necessidade de serem requalificadas as acessibilidades à Fábrica do Tramagal que, neste momento, já colocam constrangimentos à empresa e que, no futuro, com os investimentos previstos serão ainda maiores.

No que respeita à colocação dos produtos locais no mercado japonês, o Embaixador de Portugal mostrou-se disponível para apoiar esta iniciativa, tendo de imediato articulado com o Diretor da AICEP no Japão e agendado reunião para o dia seguinte, por ser esta a agência especializada nas questões relacionadas com o comércio externo.

Na visita à Fábrica da Mitsubishi em Kawasaki, foi reiterado pelo seu Senior Manager que a Fábrica do Tramagal é encarada como um projeto de extrema importância do ponto de vista do desenvolvimento global da empresa MTSB, dada a excelente aceitação que o veículo Canter tem no mercado europeu.

Em termos globais, a mensagem transmitida foi a da extrema importância da fábrica do Tramagal que é aliás a única fábrica 100% subsidiária da MTSB.

Da reunião realizada com o Diretor da AICEP foi referido que o mercado japonês é um mercado de retorno lento mas um mercado fiel e seguro pelo que uma vez conseguida a entrada no mesmo, as perspectivas podem ser bastante positivas. Foram disponibilizadas de imediato listagens relativas aos importadores japoneses de modo a permitir identificar rapidamente se

algum deles irá estar presente no SISAB que se realiza já no final do mês de fevereiro e encetar dessa forma contactos personalizados.

Por outro lado, a AICEP demonstrou a sua disponibilidade para a organização de reuniões conjuntas entre a TAGUS e importadores japoneses. O Diretor da AICEP considerou que a utilização da cidade de Hitoyoshi por via da Geminação poderia ser uma excelente porta de entrada para a colocação dos produtos locais no mercado japonês.

Foi acordado o envio de informação posterior à TAGUS de modo a serem iniciados os procedimentos conducentes a calendarização das reuniões com exportadores japoneses.



Por último, a Presidente da Câmara dirigiu um convite aos senhores vereadores para estarem presentes na inauguração da Feira de S. Matias 2012, no próximo dia 24 de fevereiro, pelas 17,30 horas, no Tecnopolo do Vale do Tejo, em Alferrarede, Abrantes.

Acrescentou ainda, que à semelhança de outros anos, a Junta de Freguesia de Alferrarede, comemora no dia 25 de fevereiro o seu 53º aniversário e sendo esse dia, coincidente com a realização da feira de S. Matias, decidiu integrar os seus festejos no referido evento, mediante a realização de um conjunto de iniciativas, cujas receitas revertem a favor dos projetos sociais da freguesia.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos começou por dar conhecimento que no passado dia 18 de fevereiro de 2012, se realizou na Cidade Desportiva de Abrantes, a final da Taça de Portugal feminina de Rugby, entre as equipas do Benfica e Agronomia de Coimbra, tendo o Benfica conquistado o referido troféu.

Salientou ainda, que previamente a este jogo se realizou também a final nacional de seniores, entre as equipas do Boavista, Vitória de Setúbal e Rugby de Loulé.



Deu igualmente conhecimento que se realizou no passado domingo, dia 19 de fevereiro, na Cidade Desportiva de Abrantes, mais uma jornada do circuito nacional jovem atleta do pentatlo, que envolveu atletas de todo o País.



Deu também conta da realização de um curso internacional de treinadores de Basebol níveis 1 e 2, que está a ser levado a efeito na Cidade Desportiva de Abrantes, com a participação de cerca de 25 inscritos.

O vereador Manuel Jorge Valamatos distribuiu pelos elementos do órgão executivo, um exemplar do calendário alusivo à 8ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol 2012, que irá decorrer entre 25 de fevereiro e 23 de junho de 2012.



Por fim, deu conhecimento da informação nº 257 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 17 de fevereiro de 2012, referindo que no passado dia 16 de fevereiro foi aquele Serviço confrontado pela ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, em virtude de nos parcometros existentes na cidade não constar o registo da verificação anual (aferição) referente a 2012.

Efetivamente, os parcometros, à semelhança de outros equipamentos de medição colocados à disposição do público, necessitam de uma verificação periódica realizada habitualmente em janeiro de 2 em 2 anos.

A Câmara Municipal tem solicitado a realização dessa aferição à firma fornecedora dos parcometros, a Resopark - Sistemas de Gestão de Estacionamento, que a tem feito em conjunto com o Instituto Português da Qualidade (IPQ), encontrando-se todos os parcometros existentes em Abrantes devidamente regularizados até ao dia 31 de dezembro de 2011.

Habitualmente todas as diligências referentes a parcometros eram efetuadas pelo colaborador Paulo Lourenço, cujo contrato de trabalho terminou em Abril do passado ano, tendo os outros funcionários do STFP - Serviço de Trânsito e Transportes Públicos, assegurado essas funções em acumulação com as restantes tarefas que habitualmente lhes estão acometidas.

Por essa razão a solicitação da aferição à Resopark foi, no passado ano, solicitada mais tarde do que habitualmente, levando a que todo o processo da verificação demorasse mais tempo do que o normal e vindo a coincidir com uma verificação ocasional levada a cabo pela ASAE, no passado dia 16.

Na sequência da falta da referida aferição teve obrigatoriamente que ser vedada a utilização ao público dos equipamentos por parte da ASAE, conforme Auto de Apreensão anexo à presente informação, efetuado nos termos do Decreto-Lei nº 291/90, de 20 de Setembro.

Entretanto, e perante esse facto, foi o processo rapidamente desbloqueado pelos vários Serviços intervenientes da Câmara Municipal, estando já agendada a verificação referente a 2012 para a manhã da próxima quarta-feira, dia 22 de fevereiro, prevendo-se que a normal utilização dos parcometros seja restabelecida a partir dessa data.

Tomado conhecimento.

O vereador António Belém Coelho questionou se a selagem dos parcometros implica o pagamento de alguma coima por parte da autarquia.

O vereador Manuel Jorge Valamatos informou que acarreta uma coima que rondará o valor de 500,00€.



VEREADORA ELSA CARDOSO

A vereadora Elsa Cardoso apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD: - 65056

"Os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber quanto tempo mais precisam os serviços jurídicos da Câmara Municipal para se pronunciarem sobre a nossa proposta de retirar as linhas amarelas que impedem o estacionamento de todo e qualquer veículo em Abrançalha de Cima."

A Presidente da Câmara informou que irá analisar o pedido apresentado.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD sobre a RPP Solar, que por ser extenso se anexa à presente ata e se dá por transcrito, nomeadamente, para saber o seguinte:- 65054

- "1. Quem foi/foram os técnicos responsáveis por parte do município pela redação do contrato com a RPP Solar?*
- 2. Por que razão não constou da escritura a habitual cláusula de reversão? Ou seja, quem é ou são os responsáveis pela sua exclusão ou a sua não inclusão?*
- 3. Finalmente, se a putativa garantia bancária enviada por fax e em inglês no último dia do prazo e que fundamentou a proposta da senhora presidente, na reunião de 15 de Setembro, para que fosse concedido um novo prazo de 60 dias, é ou não uma verdadeira garantia bancária? E, caso não seja, é o quê?"*

A Presidente da Câmara informou que irá analisar o pedido apresentado.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor: - 62492

"Existem empresas e estabelecimentos que, no âmbito da segurança contra incêndios, têm os planos prévios de intervenção aprovados e com efetiva tomada de medidas de autoproteção.

Temporariamente ocorrem procedimentos de manutenção e reposição dos sistemas, com suspensão temporária dos próprios meios, verificando-se a necessidade de recurso ao apoio e presença dos bombeiros para segurança das empresas, de modo a não terem que parar a laboração.

Considerando que importa reconhecer as empresas que já investem na implementação de planos prévios de intervenção, e incentivar que as unidades industriais e estabelecimentos comerciais se apetrechem de meios de primeira intervenção para os incidentes que ocorram, com redução de risco, emprego de menos meios de combate em caso de sinistro, e com o consequente benefício económico para a empresa e comunidade local;

Considerando que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal pode deliberar conceder isenções totais ou parciais relativamente a tributos próprios, ao abrigo do artigo 12º da Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro;

Proponho que a Câmara Municipal, pelas razões expostas, delibere aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal a isenção de taxa pelo serviço de bombeiros prestado no âmbito de apoio a operações de manutenção e reposição de sistemas de segurança, previstas em planos prévios de intervenção das unidades industriais, comerciais ou estabelecimentos, que dele necessitem."

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Jurídica

Nº 2 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 07 de fevereiro de 2012, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração do edifício situado na margem norte do rio Tejo, freguesia de S. João – Aquapolis, constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 61831

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respetivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.



Divisão Financeira

Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 4 da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de fevereiro de 2012, referindo que se encontra em preparação, procedimento pré-contratual para Aquisição de Serviços para Fornecimento de Gás Natural e Propano para Equipamentos e Edifícios Municipais.

O contrato será celebrado por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, nos termos dos artºs 48º e nº 1 do artº 440º do CCP. O valor do contrato não ultrapassará os 150.000,00€/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito.

Assim, nos termos do nº1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, solicita

autorização para proceder à abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico, superiores a 99.759,58€/ano. – 62605

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção de encargos por mais de um ano económico, para fornecimento de gás nos edifícios municipais e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 4 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de fevereiro de 2012, acerca das despesas a realizar com o fornecimento de energia elétrica – iluminação pública, durante o ano de 2012, cujo valor estimado é de 991.000,00€ (novecentos e noventa e um mil euros). – 57725

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 991.000,00€ (novecentos e noventa e um mil euros), para o fornecimento de energia elétrica – iluminação pública, durante o ano de 2012.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Os vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, apresentaram declaração de voto em conjunto com o ponto 5, conforme a seguir se transcreve.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 3 de fevereiro de 2012, acerca de despesa a realizar com o consumo de energia elétrica para o 1º semestre do ano de 2012, com edifícios municipais e equipamentos públicos, cujo valor ascende a 292.000,00€ (duzentos e noventa e dois mil euros). – 60906

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 292.000,00€ (duzentos e noventa e dois mil euros), relativo ao consumo de energia elétrica para o 1º semestre do ano de 2012, com edifícios municipais e equipamentos públicos.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Relativamente aos pontos nºs 4 e 5 da ordem de trabalhos, os vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Apesar de votarem favoravelmente estas duas deliberações, os vereadores eleitos pelo PSD não podem deixar de chamar a atenção para o sistemático desperdício de energia elétrica a que assistimos no concelho de Abrantes, por desleixo dos serviços encarregados de programar as horas de acendimento e apagamento das lâmpadas de iluminação pública.

Possivelmente os sistemas não estão devidamente atualizados para que sejam a noite e o dia a servirem de interruptores, tendo em conta que as luzes estão acesas, com alguma frequência, em pleno dia.

Ora, vivendo nós, simultaneamente, num tempo de grande recessão económica e num tempo em que a energia é um bem extremamente caro e escasso, não é aceitável que sejam os próprios serviços públicos, que deviam dar o exemplo, a desperdiçar energia desta forma."



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 7 de fevereiro de 2012, acerca do pedido apresentado pelo Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, para pagamento da despesa inerente ao consumo de energia elétrica na Escola de Alvega, no montante de 1.335,53€ (mil trezentos e trinta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos).

Mais informa que já foi solicitada alteração de propriedade do contador para o nome do município, pelo que se trata da última despesa a este título. – 36067

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência do valor de 1.335,53€ (mil trezentos e trinta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos), para o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 7 - Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação do serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 14 de fevereiro de 2012, relativa ao processo de monitorização do Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior. - 42012

Tomado conhecimento.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e o Município de Abrantes, que estabelece as condições gerais de cooperação nos domínios da educação e do ensino não formal. – 57601

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Nº 9 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, respeitante a uma informação do serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 7 de novembro de 2011, dando conta da situação social do agregado familiar de Isabel Rosa Pereira Pina Anastácio, pelo que, solicita a anulação do processo de execução fiscal nº 11000011 referente a uma dívida de transporte de ambulância, de acordo com a alínea b), nº 1, artigo 176º do CPPT e sugere a isenção do pagamento da fatura nº 20101069, no valor de 55,20€ (cinquenta e cinco euros e vinte centimos), tendo em conta o relatório social apresentado. - 7554

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a anulação do referido processo de execução fiscal e autorizar a isenção do pagamento da dívida de 55,20€, nos termos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, respeitante a uma informação do serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 15 de fevereiro de 2012, acerca da situação social do agregado familiar de Inês do Rosário Eusébio e sugerindo a isenção do pagamento da fatura/guia com o nº GF 12-00047 de 3 de janeiro de 2102, referente a transporte de ambulância, nos termos da alínea d) do nº 4 do artigo 5º do Regulamento do Programa de "Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos". - 57821

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento da referida fatura, nos termos da alínea d) do nº 4 do artigo 5º do Regulamento do Programa de "Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos" e de acordo com a citada informação do serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido de FAJUDIS – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Estádio Municipal de Abrantes, para a realização de uma Ação de Formação designada por "Gestão do Tempo, Gestão do Stress", a levar a efeito no dia 3 de março de 2012, com o apoio do Instituto Português da Juventude e do Município de Abrantes. - 62182

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 109,55€ (cento e nove euros e cinquenta e cinco centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, a solicitar autorização para prestar apoio logístico às atividades do projeto "Circuitos de BTT e Cicloturismo – Abrantes 2012", a desenvolver ao longo do ano por diversas associações do concelho. Solicita também, a isenção do pagamento de taxas inerentes à realização das referidas atividades, no valor total de 367,20€ (trezentos e sessenta e sete euros e vinte cêntimos). - 60663

Deliberação: Por unanimidade, conceder o apoio logístico às referidas atividades, nos mesmos moldes do ano anterior, e autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 367,20€ (trezentos e sessenta e sete euros e vinte cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 6 de fevereiro de 2012, remetendo para aprovação, o pagamento da 2ª tranche de apoio às associações desportivas, no âmbito do Programa Findesp Abrantes 2011/2012.

Mais informa da existência de alterações aos montantes aprovados para as seguintes entidades:

- Tramagal Sport União (TSU) - redução de 7.200,00€ ao montante aprovado, devido à desistência de 4 equipas das competições em que se encontravam envolvidas (3 equipas de basquetebol e 1 de futebol);
- Clube Náutico Abrantes (CNA) - aumento de 2.700,00€, tendo em conta a subida de escalão competitivo de 2 equipas de basquetebol. - 61340

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento da 2ª tranche de apoio às associações desportivas, no âmbito do Programa Findesp Abrantes 2011/2012, bem como, as alterações aos montantes aprovados, nos termos e com os fundamentos da referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 14 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à informação nº34 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 8 de

Ata da reunião de -20- de fevereiro- de 2012

fevereiro de 2012, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.693, no montante de 311.552,35€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 212.525,90€.

Tendo sido já entregue a fatura no montante de 45.985,03€ com o auto nº 14, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 45.000,00€, que corresponde a 30% dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor, de acordo com o nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, que passará a ter o valor de 167.525,90€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 34 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 15 - Para conhecimento, o vereador e Vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência do pedido de esclarecimentos solicitado pelos vereadores do PSD, na reunião de 29 de dezembro de 2011, deu conta da informação nº 02/12/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de janeiro de 2012, acerca da manutenção dos espaços verdes na Urbanização de Santa Luzia, em Abrantes, em nome de Construções Jorge Ferreira Dias, Lda.. - 56427

Tomado conhecimento



Nº 16 - Proposta de Deliberação do vereador e Vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 21/2012 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de janeiro de 2012, acerca do licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação, em Arminho da Velha, Tramagal, Abrantes, requerido por Augusto José Pereira Catarino. - 3/2010

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção da referida moradia, nos termos previstos pelo nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro,

na sua atual redação, de acordo com a referida informação nº 21/2012 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 17 - Proposta de Deliberação do vereador e Vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 10/2012 PF do serviço de fiscalização municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 1 de fevereiro de 2012, da construção de um muro, na rua do Ribeiro, na localidade e freguesia de Concavada, Abrantes, levado a efeito por Jaime Jorge Lopes Maurício. - 588/09

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção do referido muro, nos termos previstos pelo nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e de acordo com a referida informação nº 10/2012 PF do serviço de Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 18 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara na sequência da informação nº 8/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal do Está Feito", artigo 99 secção F, freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 103 Ha, requerido por Portucel Florestal, S.A. - 57509

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável às ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, ao abrigo do artigo 1 alínea a) e b) do Decreto-Lei nº 139/89.

Informar a requerente que, relativamente ao licenciamento de plantação e/ou reflorestação, nos moldes do Decreto-Lei nº 175/88, de 17 de maio, a Câmara Municipal não emite parecer, tendo em conta que a área pretendida é superior a 50 Ha.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara na sequência da informação nº 16/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 1 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Vale da Bica" e outros locais, na freguesia de Vale das Mós, concelho de Abrantes, com a área de 94,50 Ha, requerido por Portucel Florestal, S.A. - 28224

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável às ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, ao abrigo do artigo 1 alínea a) e b) do Decreto-Lei nº 139/89.

Informar a requerente que, relativamente ao licenciamento de plantação e/ou reflorestação, nos moldes do Decreto-Lei nº 175/88, de 17 de maio, a Câmara Municipal não emite parecer, tendo em conta que a área pretendida é superior a 50 Ha.

Notificar a entidade titular do processo esclarecendo a ocorrência de erro constante da comunicação efetuada através do ofício nº 03249, de 11 de abril de 2011, uma vez que a pronúncia do Executivo (se através de parecer, se através de licença), sobre essa decisão, não foi até à data, proferida.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 20 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Divisão de Serviços Urbanos

Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 1 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de Idália Tavares Matias Carmona, a solicitar o averbamento do processo nº 189 referente ao lote 55 do mercado semanal de Abrantes, para o nome da sua nora, Carla Isabel de Jesus Alves, por ter dado baixa da atividade por motivos de saúde. - 60735

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o referido averbamento, nos termos e com os fundamentos da citada informação da Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA

[Handwritten signatures and initials]

RPP SOLAR

Pedido de esclarecimento

20 de Fevereiro de 2012

Na reunião da câmara de 11 de Julho de 2011, foi aprovada, por unanimidade, a proposta da senhora presidente da câmara de proceder à audiência escrita da RPP Solar, com vista *«à declaração de caducidade do licenciamento pela não conclusão das obras objecto de licenciamento no prazo fixado no mesmo e comunicar a declaração de caducidade do alvará ao Ministério da Economia atento o facto do projecto em causa ter sido considerado Projecto de Interesse Nacional (PIN) com financiamento comunitário»*.

Foi dado para o efeito o prazo de 15 dias à RPP Solar para se pronunciar, tendo a senhora presidente da câmara explicado que esta proposta surge porque *«foram esgotadas todas as condições que permitiam a autarquia continuar a espera do desenrolar deste processo»*, tendo em conta que havia *«um atraso muito significativo na execução do projecto»* (ver acta nº17/11 de 7 de Julho de 2011, fls.20 e 21).

Na reunião de 5 de Setembro de 2011, a senhora presidente pediu para a Câmara ratificar o seu despacho de 24 de Agosto de 2011, em que concedeu, a solicitação da RPP Solar, *«a prorrogação do prazo adicional de 15 dias para a junção, por parte da empresa, de documentos comprovativos da obtenção dos recursos financeiros necessários a conclusão da unidade industrial em construção até ao limite do prazo indicado e continuidade de desenvolvimento do projecto e que garantam o pagamento das responsabilidades que conduziram ao registo das penhoras e demais ónus sobre o terreno»* (vide acta nº21/11 de 5/9/2011, fls. 9 e 10).

Por sua vez, na reunião de 15 de Setembro de 2011, a senhora presidente, invocando ter sido enviado pela RPP Solar, por fax e em inglês, no último dia do prazo concedido, uma garantia bancária de um banco estrangeiro, propôs que não fosse ainda declarada a caducidade e que fosse concedido o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos referenciados (vide acta nº22/11 de 22/9/2011, fls.7 e 8).

Prazo de 60 dias que, como se viu, foi estendido até ao passado dia 18 de Janeiro de 2012 e, pelos vistos, continua a ser estendido até ao infinito, porque, no último dia de cada novo prazo concedido, chega sempre mais um documento por fax a exigir longas análises do Gabinete Técnico e dos consultores externos da câmara.

Ora, já toda a gente percebeu que o projecto não vai sair do papel.

O que nós ainda não percebemos e gostávamos de perceber é o que está por detrás de toda esta estratégia de adiar sistematicamente a declaração da caducidade do alvará de licenciamento.

Recordamos que, desde a reunião da câmara de 7 de Julho de 2011 (em que a senhora presidente propôs a declaração de caducidade do alvará por considerar *«estarem esgotadas todas as condições que permitiam a autarquia continuar à espera do desenrolar deste processo»*) até hoje, já passaram quase 8 meses.

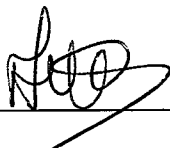
Há, no entanto, neste processo uma coisa que já todos sabemos: a Câmara não acautelou minimamente os interesses do município neste projecto.

É, pois, chegada a hora de sabermos os nomes dos responsáveis.

Nestes termos, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber:

- 1. quem foi/foram os técnicos responsáveis por parte do município pela redacção do contrato com a RPP Solar?**
- 2. por que razão não constou da escritura a habitual cláusula de reversão? Ou seja, quem é ou são os responsáveis pela sua exclusão ou a sua não inclusão?**
- 3. finalmente, se a putativa garantia bancária enviada por fax e em inglês no última dia do prazo e que fundamentou a proposta da senhora presidente, na reunião de 15 de Setembro, para que fosse concedido um novo prazo de 60 dias, é ou não uma verdadeira garantia bancária? E, caso não seja, é o quê?**

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/02/20

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA			DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data		Número	Tip	Data	Número	Tip	Data
17.01	02001332	2008/04/28	REALV	08001867	2008/06/23	0205268595 JORGE FERNANDES MENDES DA COSTA RUA DO SERRADO, N°448 COALHOS	pequenas obras muros Estrada Nacional 118 Coalhos	12000063	DES	2012/02/08		
06.01	05000642	2012/01/13				0133567273 PEDRO MANUEL CASSEIRO RUA DA PAZ E AMIZADE, N.º10 - 7.º ESQ. CM00018921	alteração moradia ALDEIA DO MATO ALDEIA DO MATO	12000083	DES	2012/02/14		
04.01	06000720	2006/09/11	AUTOBEDI	06002703	2006/09/11	0183223586 POSSIDONIO DA CRUZ ALVES NOVO RUA DA BELA VISTA, n.º 1 CM00011743	2012/02/06 - Concorde - Proponho superiormente a aceitação da alteração proposta.					
							construção moradia Vale Zebrinho	12000058	DES	2012/02/07		
04.01	07000668	2007/09/06	LICOB	07002765	2007/09/06	0199950113 MARTA ISABEL DIAS MARTINS RUA DA IGREJA, 199 CHALINÇA	2012/02/06 - Concorde com o enquadramento técnico sugerido pela Sr.ª Chefe da DOGU, pelo que no uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000052	DES	2012/02/06		
							construção moradia RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CHALINÇA					
06.06	07000875	2007/11/28	RJE	08001492	2008/05/13	0106536133 MANUEL DIAS MARQUES RUA 31 DE JANEIRO DE 1891 N.º 25-TAPADÃO CM00007847	2012.02.06:Face aos desenvolvimentos entretanto ocorridos, revogo o meu despacho de 09.12.2011 e, no uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000069	DES	2012/02/08		
							construção moradia RUA 31 DE JANEIRO DE 1891 LOTE 25					
04.01	08000415	2008/08/08	LICOB	08002320	2008/08/08	0101152183 MANUEL ANTONIO PERMANDES RUA DOS CANAVIAIS CM00015207	2012.02.07:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro pedido de autorização de utilização. 2012.02.07:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro	12000084	DES	2012/02/15		
							construção anexo Rua dos Canaviais Cadrilho					
04.06	09000348	2009/07/31	LICOB	09001387	2009/07/31	0201533480 ANTONIO JOSE ALVES BATISTA RUA DA SOCIEDADE N.º 1000-1-ANDAR CM00013529	2012/02/15 - Concorde. Argui-se o processo, com encaminhamento ao titular. Previamente, será de averiguar, pelo SEM, o (eventual) início da obra.	12000050	DES	2012/02/02		
							construção moradia LOTE 4, TAPADÃO					
							2012/02/02: No uso das competências foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.					

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/02/20

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA			DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA			DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data							Número	Tip	Data
05.01	09000440	2009/09/21	RJE	09001825	2009/10/01	0179704621 RUA 1.º DE MAIO N.º 4 MAXIAL	DOMINGOS ALVES FERNANDES		ampliação moradia Rua dos Oleiros Chainça			12000078	DS	2012/02/09
										2012/02/07 - Propouho superiormente o deferimento do pedido de licença, nos termos propostos pela DOGU. A consideração Superior.			T E O R	
09.06	09000510	2009/10/22	LU	09001992	2009/10/22	0200629670 CM00013549	PAULO CARLOS DA SILVA GRACA URBANIZAÇÃO DA SAMARRA, LOTE 15, 2.º I		Pedidos diversos edificio comercial/ prestação de Rua Amadeu Souza Cardoso, Lote 3A			12000080	DS	2012/02/09
										2012/02/07: Indeferido.			T E O R	
06.03	10000114	2010/03/22	LICOR	10000450	2010/03/22	0203274369 CM00010931	TANIA ISABEL MENAIA DA CONCEICAO NUNES RUA N.º SR.º DA CONCEICAO, N.º44 CRUCIFIXO		ampliação moradia E.N. 119, N.º329 TRAMAGAL			12000077	DS	2012/02/09
										2012/02/07: Deferido.			T E O R	
04.01	10000197	2010/05/14	LICOR	10000837	2010/05/14	0186073860 CM00018077	ADILIA MARIA DE MATOS LEITÃO VARANDAS RUA DA VARZEA CASAL DOS CASTANHOS		construção moradia RUA DR. JOSÉ LUIS CHAMISO HEITOR MOURISCAS			12000065	DS	2012/02/08
										2012.02.07:Deferido.			T E O R	
06.02	10000228	2010/06/04	RJE	10001052	2010/06/18	0148074723 CM00018142	FRANCISCO MARIA ANTONIO RUA MACHADO DOS SANTOS, N.º 25-R/C A E B PARADE		alteração anexo Rua do Pereiro Bloucas			12000053	DS	2012/02/06
										2012.02.06:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			T E O R	
06.01	10000479	2010/11/16	RJE	11000091	2011/01/25	0159820324 CM00017916	RAIMUNDO ANTONIO MIRANDA MOURA RUA DO TEO, N.º 6 ALVEGA		legalização moradia Rua do Tejo, n.º 6 Alvega			12000054	DS	2012/02/07
										2012/02/06: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			T E O R	
04.06	10000507	2010/11/30	RJE	11000044	2011/01/13	0116768762 CM00002170	ALVARO HEITOR ALVES RUA D. ANTONIO PRIOR DO CRATO, N.º 373 BAIRRO CAIROGA E GALO		legalização anexo Rua D. Antonio Prior do Crato, n.º373 Aboantes			12000075	DS	2012/02/09
										2012/02/07: Não admitida a comunicação prévia.			T E O R	
06.03	10000530	2010/12/22	RJE	11000140	2011/02/02	0100119310 CM00004850	MANUEL DA CONCEICAO DOS SANTOS RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, LOTE D-1.º CHALINÇA		legalização Arrecadação Rua Nossa Senhora das Graças, Lote D Aboantes			12000067	DS	2012/02/08
										2012/02/06: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			T E O R	
										2012/02/06: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			T E O R	

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRje ***